

Governo argentino trava importação

Operações superiores a US\$ 200 mil precisam de autorização do BC. Objetivo é controlar reservas, que caíram US\$ 3 bi este ano

Marina Guimarães

CORRESPONDENTE / BUENOS AIRES

As importações argentinas acima de US\$ 200 mil estão praticamente paralisadas, segundo informou ao 'Broadcast', serviço em tempo real da 'Agência Estado', o Diretor de Assuntos Institucionais da Câmara de Importadores da República Argentina (Cira), Miguel Ponce.

Para controlar o fluxo de saída de divisas e preservar as reservas domésticas, o governo argentino agregou uma dificuldade extra aos importadores, além das Declarações Juramentadas Antecipadas de Importação (DJAI), que funcionam como licenças generalizadas no país.

Os bancos usados pelo importador para realizar as operações de comércio exterior só

podem pagar importações no valor abaixo de US\$ 200 mil. Quantias entre US\$200 mil a US\$ 300 mil requerem autorização expressa do Banco Central. Para as somas acima de US\$ 300 mil, o importador terá de ir pessoalmente ao Banco Central e dar entrada ao pedido de autorização para realizar o pagamento.

"Mesmo tendo as declarações juramentadas (DJAI) autorizadas, os importadores precisam de uma autorização do BC para importar quantias acima desses valores. Ou seja, passamos todo o tempo realizando trâmites para poder importar qualquer tipo de mercadoria", queixou-se Ponce. Ele detalhou que as restrições não excluem as mercadorias provenientes dos sócios do Mercosul (Brasil, Uruguai, Paraguai e Venezuela).



Reunião. Kicillof, ministro da Economia, pediu para empresas adiarem pagamento

das reservas até chegar, pelo menos, aos meses de março e abril, quando aumenta a entrada de moeda americana no país provenientes das exportações agrícolas.

A medida quebra uma pro-

messa feita em dezembro pelo secretário de Comércio, Augusto Costa, aos importadores do país. Ele garantiu a liberação das importações de insumos para a indústria nacional.

Há cerca de três semanas,

Costa e o ministro de Economia, Axel Kicillof, realizaram uma reunião com as 70 maiores empresas do país para pedir que adiassem o pagamento de suas compras externas e para avisar que deveriam buscar fi-

nanciamento externo para suas importações.

O esquema de autorizações de importações por valores entrou em vigor na semana passada sem qualquer medida escrita que o ampare, a exemplo de normas verbais nos tempos do ex-secretário de Comércio Guillermo Moreno, demitido em novembro passado.

Indisposição. As novas barreiras criaram uma forte indisposição com as empresas da Câmara de Importadores, que pediram uma reunião na próxima quarta-feira, às 14 horas (de Brasília), com o secretário Costa. "Vamos explicar que a indústria pode ficar paralisada sem as importações dos insumos usados na fabricação de produtos que abastecem o mercado interno e são destinados às exportações", detalhou Ponce.

As reservas do Banco Central argentino estão em US\$ 27,6 bilhões, conforme último dado disponível pela autoridade monetária. Nos dois primeiros meses deste ano, o BC perdeu quase US\$ 3 bilhões das reservas e a moeda local sofreu uma forte desvalorização de 23%.



NA WEB

Por peso estável. BC argentino eleva multas a bancos

estadao.com.br/e/argentina

Barreiras impedem exportação de 40 ônibus brasileiros

Elder Oglitari | PORTO ALEGRE

Indústrias brasileiras de diversos segmentos estão forçadas a estocar produtos já negociados com compradores argentinos por dificuldades impostas pelo país do Mercosul. Entidades de representação das empresas reconhecem que as restrições são cíclicas e voltam de tempos em

tempos, mas demonstram cansaço com a insegurança. "O mercado argentino é muito importante, mas tem sido desestimulante para o exportador brasileiro", diz o coordenador do Conselho de Relações Internacionais e Comércio Exterior da Federação das Indústrias do Rio Grande do Sul (Fiergs), Cezar Müller. "Não é questão de sus-

pendervendas, mas de ter cautela para negociar", comenta o presidente da Fabus - Associação Nacional dos Fabricantes de Ônibus, José Martins.

Uma das indústrias afetadas pelas restrições impostas pelo governo argentino aos importadores daquele país é a Comil S.A., montadora de ônibus, com sede em Erechim (RS). "Esta-

mos com 40 veículos em estoque porque os compradores não estão conseguindo importar", conta o presidente do conselho de administração da companhia, Deoclécio Corradi. "Isso é prejuízo porque houve um custo para produzi-los que fica parado no estoque e reduz o capital de giro."

No caso dos ônibus prontos,

abusa por novos compradores é mais complexa do que seria por veículos produzidos em série. Muitas vezes a carroceria é montada de acordo com especificações feitas pelo cliente.

Levantamento da Associação Brasileira das Indústrias de Calçados indica que, por falta de liberação das Declarações Juramentadas Antecipadas de Im-

portação (DJAI), importadores argentinos cancelaram encomendas de 410 mil pares de calçados, causando prejuízos de US\$ 6,2 milhões aos exportadores. Além disso, outros 418 mil pares esperam liberação, mas correm o mesmo risco. Os compradores podem desistir porque a mudança de estação também estabelece mudanças das coleções. Com isso, esses estoques podem acabar não sendo absorvidos nem em outros mercados, inclusive o interno.

Informe Publicitário

FIABCI/BRASIL Informa

São Paulo, 25/02/2014

Conectando o Brasil ao melhor do mercado imobiliário mundial

Arranha-céus: o céu é o limite

A narrativa bíblica da Torre de Babel, no livro do Gênesis, ilustra que, desde a Antiguidade, há no homem o desejo de construir estruturas que alcancem o céu.

De acordo com o Dr. Mir Ali, da Universidade de Illinois, o ego humano tem um papel na construção dos edifícios altos, que simbolizam prestígio nacional na forma de status econômico, crescimento, prosperidade tecnológica e modernidade. Os arranha-céus frequentemente servem de marcos e pontos de referência para as cidades. É difícil imaginar, por exemplo, Chicago sem o Sears Tower; Nova York sem o Empire State Building; Dubai sem o Burj Khalifa; Kuala Lumpur sem o Petronas Twin Towers; ou Taipei sem o Taipei 101.

Estes ícones, além de fazerem parte da identidade destas cidades, atraem turistas, prosperidade econômica e proporcionam orgulho aos seus cidadãos.

Com 828 metros de altura, o Burj Khalifa, concluído em 2010 em Dubai, nos Emirados Árabes Unidos, é atualmente o edifício mais alto do mundo. Em 2020, o posto deve ser da Kingdom Tower, em Jeddah, na Arábia Saudita, que terá 156 pavimentos e 1.000 metros de altura.

Do ponto de vista econômico, edifícios muito altos custam mais caro por unidade de área construída, pois necessitam de fundações e estrutura mais sofisticadas para suportar suas massas e cargas de vento. Além disso, a relação entre área útil e



***Hamilton de França Leite Júnior**

áreas comuns é menos favorável em edifícios altos, que necessitam de cerca de 30% da área da laje para elevadores, escadas e colunas, enquanto os edifícios baixos necessitam de cerca de 20%. No entanto, quanto mais verticalizados os edifícios, menos ocupam área de terreno, proporcionando mais espaço no nível do solo. Estas áreas ao ar livre podem ser utilizadas para áreas verdes permeáveis, que contribuem para a mitigação de enchentes. Outro ponto positivo é que proporcionam ambiente para convivência social e melhor ventilação nas ruas e calçadas, com consequente redução do efeito conhecido como "ilha de calor", que ocorre quando a temperatura dos ambientes urbanos é mais elevada em relação às áreas em seu entorno.

Por que não temos estes ícones em nosso País? No Brasil, o edifício mais alto é o Mirante do Vale, no Vale do Anhangabaú, com 170 metros de altura

e 51 andares, seguido pelo Edifício Itália, com 165 metros, ambos na região central da capital paulista. Enquanto o Brasil ainda não possui nenhum edifício concluído com mais de 200 metros, nossos pares do BRIC estão muitas décadas à nossa frente neste quesito. A Rússia, por exemplo, tem 10 torres com mais de 200 metros, além das quatro super-altas (mais de 300 metros) em construção. A Índia tem 23 em construção com mais de 200 metros e oito super-altos, sendo um deles com 442 metros. A China é um caso à parte. Existem 286 empreendimentos com mais de 200 metros e 25 super-altos, sem contar os 70 projetos com mais de 300 metros que estão em obras naquele país e o Ping'an Internacional Financial Center, em Shenzhen, com 660 metros.

Temos o desejo, os recursos financeiros e a capacidade empresarial. Talvez falte visão para a maioria dos nossos governantes, no sentido de aprovar legislações que permitam a verticalização e o adensamento em nossas cidades. E, para a construção dos super-altos, deveria haver incentivos e parcerias público-privadas, com o objetivo de suplantarmos os custos adicionais inerentes a este tipo de empreendimento, para colocar o Brasil no roteiro dos países que se orgulham de possuir estes símbolos urbanos contemporâneos.

***Hamilton de França Leite Júnior é Diretor da Fiabci/Brasil, do Secovi-SP e da Casoi Desenvolvimento Imobiliário.**

www.fiabci.com.br

FIABCI/BRASIL - Capítulo Brasileiro da Federação Internacional das Profissões Imobiliárias
R. Dr. Bacelar, 1043 - 04026-002 - S.Paulo/SP - Brasil - Tel (11) 5078-7778 - fiabci@fiabci.com.br
Produção de conteúdo: Grupo Máquina - Produção gráfica: Publicidade Archote

Mantega garante a economistas que meta fiscal de 1,9% é factível

Em reunião com representantes de bancos, ministro disse que pode adotar mais medidas para melhorar a confiança

Ricardo Leopoldo

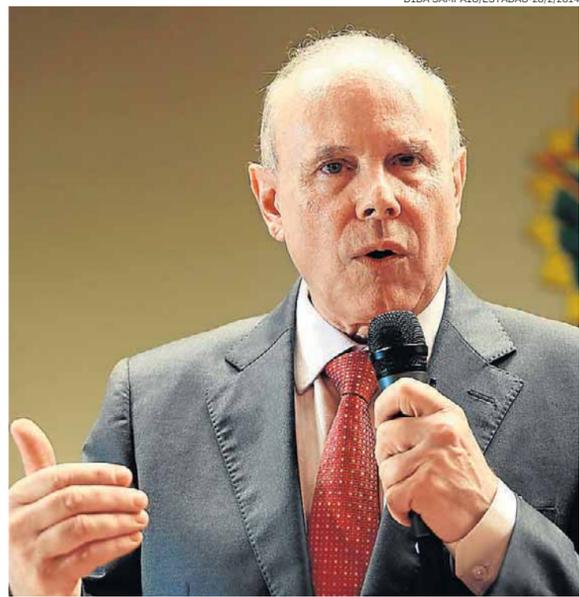
O ministro da Fazenda, Guido Mantega, deixou claro ontem, em reunião com economistas de várias instituições financeiras, que é perfeitamente viável para o governo cumprir a meta de 1,9% do produto interno bruto (PIB) de superávit primário para este ano. Essa foi uma das mensagens que participantes do encontro revelaram ao Broadcast, serviço em tempo real da Agência Estado.

Segundo esses participantes, Mantega teve um diálogo "franco" e "tranquilo" com os 12 executivos presentes, em um encontro que durou pouco mais de 1h30. Ao seu lado estava o secretário de Política Econômica, Márcio Holland.

O encontro é um esforço do governo para reforçar sua avaliação com o mercado financeiro de que a política fiscal será apertada. A reunião, segundo as fontes, obedeceu à seguinte dinâmica: o ministro abriu a palavra para os economistas de instituições financeiras se pronunciarem e, depois, respondeu aos questionamentos de forma "serena" e "cordial".

Uma das perguntas levantadas foi por que o governo não considerou uma despesa maior para custos de energia para este ano, que são estimados em R\$ 9 bilhões. Há especialistas que consideram que tais despesas poderão chegar a R\$ 18 bilhões. Segundo o ministro, é melhor esperar a conclusão do período de chuvas para verificar quanto efetivamente será necessário gastar nessa área, que pode ser menor do que o esperado hoje pelo mercado.

Também perguntado sobre o eventual represamento de pre-



Ênfase. Guido Mantega reafirmou meta de superávit

ços de combustíveis pela Petrobras, o ministro manifestou que a estatal já vem realizando elevações periódicas da gasolina e do diesel nos últimos anos a fim de dar continuidade à política de convergência dos preços nacionais aos patamares internacionais. Segundo os participantes, ele não deu nenhuma indicação clara se vai ocorrer um novo aumento de combustíveis pela Petrobras em 2014 (leia mais à página B6).

"A impressão que passou é que o governo está muito decidido a entregar uma meta de 1,9% do PIB do superávit primário", comentou uma fonte. "Este resultado fiscal mais forte que no ano passado vai ser muito importante para que a agência

● Sem compromisso
Na reunião de ontem, o ministro da Fazenda, Guido Mantega, não se comprometeu com o reajuste da gasolina ou da energia elétrica no curto prazo, segundo fontes.

Standard & Poor's, que em março enviará especialistas para avaliar indicadores econômicos do Brasil, adie uma eventual intenção de rebaixamento da nota soberana do País no curto prazo", afirmou.

O ministro fez também questão de deixar claro que o cumprimento da meta de superávit primário terá a colaboração de Estados e municípios, que terão contribuição de 0,35% do PIB no resultado final.

Dívidas. Mantega também afirmou na reunião que o governo trabalhará fortemente para que não seja alterada a forma de indexação das dívidas de Estados e municípios, de acordo com uma fonte que participou do encontro.

Segundo uma outra fonte, o ministro manifestou que a boa recepção de investidores no Brasil e no exterior da política de ajuste fiscal anunciada na quinta-feira estimulará o governo para que adote no curto prazo mais medidas para melhorar a confiança do mercado.